Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Implantação Industrial e Agrícola", de responsabilidade da Brasil Flex Energy Açúcar e Álcool Ltda., realizada em 19 de maio de 2011 na cidade de Rosana.

Realizou-se, no dia 19 de maio de 2011, às 17 horas, na Câmara Municipal de Rosana, na Rua José Laurindo, 1535, Centro, Rosana/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Implantação Industrial e Agrícola", de responsabilidade da Brasil Flex Energy Açúcar e Álcool Ltda., (Proc. 10.730/2009). Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do CONSEMA, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Milton Paulo Maleski, Diretor de Meio Ambiente do Município de Rosana –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Vereadores do Município de Rosana, Pedro Ferreira da Silva, Ronildo da Costa, Valter Rafael Barbosa, Samuel Lucas Procópio, Valdemir Santana dos Santos e Gleisan Junior Simão de Santana Toso, Vereadores do Município de Rosana –; dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores: Tenente Alinaldo, Tenente Cesetti e Soldado Tonon, vinculados à Polícia Militar Ambiental –; das organizações da sociedade civil – na pessoa da Ilustríssima Senhora Helena Maria Camargo dos Santos, representante da Associação das Mulheres Organizadas de Rosana– Amor – e das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Implantação Industrial e Agrícola", de responsabilidade da Brasil Flex Energy Ltda. (Proc. CETESB 10.730/2009). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA e do COMDEMA que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitas pelos

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito o fizesse. Declarou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, a técnica Viviane Kondratiuk, vinculada ao Departamento de Avaliação Ambiental da Diretoria de Tecnologia Ambiental/CETESB, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, que era presidida por ela, Secretária-Executiva Adjunta, e integrada por um representante do CONSEMA eleito entre aqueles que se fizessem presentes – mas que nenhum havia comparecido a essa audiência. Passou-se à etapa em que se manifestam o empreendedor ou seu representante e o representante da empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. Edson Gazal, representante da Brasil Flex Energy Ltda., ofereceu, primeiramente, breve relato sobre a empresa e, em um segundo momento, apresentou o projeto – sua importância para a região, as principais etapas de seu desenvolvimento e seus principais objetivos. Kleber Torezan, representante da empresa de consultoria, Projec Engenharia Ambiental, apresentou com detalhes os estudos, análises e avaliações das principais intervenções que o empreendimento promoverá, os principais impactos locais e regionais que provocará e as medidas e programas a serem implementados visando sua prevenção e/ou mitigação. Passou-se a etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. André Felipe Dardis, representante da Associação dos Moradores de Primavera, observou inicialmente que, se por um lado, ao tomar conhecimento do empreendimento, preocupou-se em face da possibilidade de sua implantação causar significativo impacto no meio ambiente local, por outro lado, teve a satisfação de reconhecer que ele gerará empregos, o que é raro na região e, principalmente, no município. Acrescentou que, por este motivo, algumas famílias estão se desagregando, porque os pais, em função do trabalho, ficam distantes. Trata-se de um município pobre, cuja arrecadação é pequena, e que, portanto, em virtude dessas condições, a empresa será bem recebida por toda a população. Acrescentou que, também em decorrência dessas mesmas condições, os representantes dos poderes executivo e legislativo e da empresa, deveriam compactuar no sentido de dar preferência à mão de obra local quando da contração, com exceção daquela altamente especializada. Portanto, mesmo diante da possibilidade de impacto, que esperava não fosse tão grandioso, se posicionava favoravelmente à implantação do empreendimento, dada a geração de postos de trabalho que serão criados, que vem ao encontro da escassez de emprego no município, pois só existem aqueles gerados pelo setor público e pelo comércio. Cledson Mendes, representante do MST-Gleba 15 de Rosana, inicialmente deu parabéns ao empreendedor pela oportunidade que oferecia aos habitantes de Rosana. Apresentou-se como bacharel e licenciado em geografia pela Universidade Estadual Paulista – *campus* de Presidente Prudente e relatou a pesquisa que vem realizando em seu curso de mestrado sobre o plantio da cana e os impactos que ele causa no meio ambiente. Observou que essa unidade provavelmente gerará muitos empregos e que, sem dúvida, contribuirá para o desenvolvimento da região, desde que os trabalhadores a serem contratados não venham de fora, pois, desse modo, o empreendimento causará prejuízo à sociedade local na medida em que contribuirá para que os aluguéis sejam inflacionados, sem se fazer acompanhar do aumento dos salários pagos no município e região. Comentou que os impactos no meio ambiente também poderiam ser minimizados se for dispensada atenção aos rios e aos cultivos praticados em seu entorno, evitando-se, por exemplo, que os aviões, quando jogam agrotóxico, poupem as plantações de mandioca, abóbora e melancia, e não eliminem o plantio desses alimentos para ampliar a área

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

destinada à cana. Comentou que a terras devolutas do Pontal do Paranapanema deveriam ser objeto da reforma agrária, para que a população desempregada pudesse nela se assentar para cultivar um pedaço ou trecho e nele morar e, com essas condições, oferecer à família uma vida digna. Comentou que tanto o Governo Federal são favoráveis a esse projeto e era necessário que a sociedade local sobre ele refletisse. Passou-se à etapa em que se manifestam os presentes. Everson Dias teceu comentários sobre a dinâmica econômica favorável que surgiria no município com o emprego de 2 mil pessoas e observou que, em relação ao impacto ambiental, existem hoje muitos recursos que impedem a degradação do meio ambiente. Comentou que, atualmente, há condições até de consorciação de leguminosa com gramínea, o que favorecerá o uso menor de produtos químicos no solo. Comentou também existirem condições de absorção do nitrogênio pela raiz da cana e, por meio desse recurso, diminuir-se o uso de produtos químicos. Argumentou que "impactos ambientais é conversa de televisão, de *marketing*, de conversa fiada de quem não sabe o que fala, porque aquele que sabe procura informações corretas com profissionais adequados na área e que sabe o que está acontecendo ao seu redor". Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Zé do Carvão, Vereador do Município de Rosana, inicialmente agradeceu a Deus porque estava chegando ao município o que era esperado por todos, que era emprego, já que a falta deles fez com que, como dono de agência, mandasse para fora do município milhares de pessoas. Acrescentou que, a seu ver, a audiência já acabou, tudo estava resolvido e a indústria poderia começar a funcionar no dia seguinte, porque isso permitiria a volta dos pais que sairam para suas famílias. Questionou se a Brasil Flex promoverá a capacitação dos munícipes para que possam trabalhar na usina, evitando-se assim a contratação de profissionais de fora. Propôs-se a conversar com os empreendedores, ou seja, para que forme técnico, operador de máquinas e de caminhão, e não só cortador de cana. Acrescentou que, nessa perspectiva, posicionava-se favorável à implantação desse empreendimento, e a acolhia de braços abertos, argumentando que foram muitas as tentativas fez para que viessem para o município algumas indústrias, tecelagens, mas nenhum sucesso se teve. E, ao concluir, declarou que agora todos os esforços foram compensados. Senhor Pardal, Vereador do Município de Rosana, comentou que se preocupava também com as conseqüências para o município com a vinda de profissionais de outras regiões para trabalhar na indústria, entre outras o aumento dos aluguéis. Acrescentou que, sem dúvida, o problema é social, e que, embora o município tivesse capacidade de absorver alguns empreendimentos, mas este se instalavam em outros municípios perto, mas não em Rosana. Acrescentou também que o município sempre se preocupou com as questões ambientais, mas que seu problema agora era a inexistência de emprego. Assegurou que os Poderes Executivo e Legislativo do Município colaborarão para que a mão de obra do município seja beneficiada. Greison Júnior destacou a necessidade de se qualificar os profissionais de que dispõe o município, de modo a torná-los aptos a preencher as vagas de empregos geradas pelo empreendimento, vagas para cujo preenchimento se exige mão de obra especializada. Manifestou-se preocupado com a aplicação da lei ambiental e com a utilização, sem a adequada manutenção, da estrada que cruza o assentamento existente no local. Denis Alexandre, representante dos moradores do Município de Rosana e, naquela ocasião, também do Deputado Edi Tomas, declarou que pela primeira vez na história da política do município via-se discutir um projeto com possibilidades reais de se concretizar. Narrou que por vários anos se sucederam promessas políticas de grandes indústrias, algo impraticável tendo em vista que o município possui locais classificados como APA e APP, mas que o empreendimento sob análise, diversamente, reunia as necessárias condições técnicas para ser implantado em Rosana. Parabenizou a todos – empreendedor e população – por se unirem

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

em torno de um projeto que representava importante contribuição ao desenvolvimento do município, e registrou a presença de moradores de Campinho, Beira Rio, Gleba, Rosana, Primavera naquela audiência. Plínio Junqueira Junior declarou que, tendo ocupado a vice-presidência do Comitê de Bacias Hidrográficas, que agregava à época vinte e nove municípios e cento e oitenta entidades, entre organizações não governamentais, entidades ambientalistas e órgãos públicos como CETESB e SABESP, tinha a exata dimensão das dificuldades enfrentadas pelo município toda vez que se cogitava da instalação de um novo empreendimento em seu território. Afirmou que os impactos são inevitáveis, mas que sua contrapartida, ou seja, a geração de riqueza, não podia ser desconsiderada. Colocou-se – a ele próprio e a infraestrutura de que dispunha sua propriedade rural – integralmente disponível para prestar suporte de natureza técnica às eventuais dificuldades que da instalação e operação do empreendimento apresentem ao município. Colocou também à disposição determinado porto que seu pai construíra e que havia servido à empresa Camargo Correia. Declarou possui duas cascalheiras na região e, a esse propósito, ponderou a urgência de se providenciar o cascalhamento das estradas locais. Deu boas vindas aos empreendedores, e observou que aquela era apenas a primeira etapa do licenciamento, à qual se sucederiam outras, de mais difícil transposição. Passou-se à etapa em que tem lugar as réplicas e respostas dos empreendedores às indagações formuladas no curso da audiência. Edson Gazal ponderou que a presença da Brazil Flex no município traria inúmeros benefícios à sua população. Destacou a preocupação social que marcaria a atuação da empresa, e avaliou que a produção de cana de açúcar na região auxiliaria na geração de em pregos e renda. Afirmou que qualquer empreendimento apresenta sempre aspectos bons ao lado de outros ruins, e que cabia portanto discutir mais profundamente as alternativas de equacionamento dos problemas que se apresentavam, até que se chegue a uma solução de consenso. Teceu elogios ao fundador da empresa, sobretudo sob o ponto de vista do empreendedorismo que sempre demonstrou. Agradeceu a todos quantos, presentes àquela audiência pública, ofertaram suas contribuições pessoais ao incremento do projeto. Considerou importante que se profissionalize a mão de obra local, da qual disse pretender fazer o melhor uso possível, absorvendo-a ao máximo e, desta forma, trazendo melhorias à situação financeira de inúmeras famílias, e agradeceu uma vez mais a todos. A Secretária-Executiva Adjunta, Cecília Martins Pinto, declarou que a audiência pública é apenas uma etapa do processo de licenciamento, e que todas as questões formuladas, como também eventuais propostas, podem ser encaminhadas à Secretaria Executiva do CONSEMA, devendo ser protocolizadas diretamente no setor ou encaminhadas através de mensagem eletrônica (consema.sp@ambiente.sp.gov.br) ou dos Correios – no prazo de cinco (5) dias úteis contados a partir da data em que realizada a audiência. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05489-900 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3133-3622 Fax.: (0xx11) 3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br